

A EXPERTISE EM JULGAMENTO: onde fica a ética quando não discutimos as relações de poder?

Dayse de Paula Marques da Silva

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

RESUMO

O tema da pesquisa é a composição por sexo e cor nas carreiras universitárias e seu impacto na estrutura das relações de poder na configuração das profissões. A pesquisa seguiu na linha da Sociologia das Profissões, considerando que o objeto de análise está centrado em grupos profissionais, uma importante referência de identidade social, afirmando-se como área de concentração de estudos. Começando a ter impacto no final dos anos 1980, a teoria de gênero ainda era pouco conhecida quando apresentamos a tese de doutorado em 1998. A articulação das profissões e gênero eram exploradas somente nas teorias produzidas pelo movimento feminista associado a grupos de pesquisa nas universidades identificados com a militância política. O grupo profissional e sua expressão como um grupo de poder limitava-se às hierarquias que produzia na estrutura burocrática, na lógica educacional associada à certificação demandada pelo mercado de trabalho. Discutiam-se pouco os seus próprios sujeitos: brancos, masculinos e jovens. Novos conflitos surgem, desafiando a ética nesse universo e diante dos acontecimentos provocados pela pandemia COVID-19, no Brasil, fazemos algumas reflexões sobre o impacto das relações de poder na área médica.

Palavras-chave: Gênero. Etnia. Mercado de trabalho.

EXPERTISE IN JUDGMENT: WHERE IS THE ETHICS WHEN WE DON'T DISCUSS POWER RELATIONS?

ABSTRACT

The research theme is the composition by sex and color in university careers and its impact on power relations in the configuration of professions. The research followed the line of Sociology of Professions, considering that the object of analysis is centered on professional groups, an essential reference of social identity, asserting itself as an area of concentration of studies. The theory of gender was still little known when we presented our doctoral thesis in 1998, beginning to have an impact in the late 1980s. Only in the theories produced by the feminist movement associated with research groups in universities with identification with political activism was the articulation between professions and gender explored. The professional group and its expression as a power group were limited to the hierarchies produced by that group in the bureaucratic structure and in the educational logic associated with the certification demanded by the labor market. Very little was discussed by the group about their own subjects: white, male, and young. New conflicts arise, challenging ethics in this universe, and considering the events caused by the COVID-19 pandemic in Brazil, we bring a reflection on the impact of power relations in the medical field.

Keywords: Gender. Ethnic. Labour market.

Recebido em: 24/03/2022

Aceito em: 31/03/2022

INTRODUÇÃO

O projeto de pesquisa *Mercado de trabalho e políticas públicas de gênero e etnia: demandas sociais e políticas públicas: buscando um diálogo no campo dos direitos humanos*, realizado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), onde trabalho, é desdobramento de estudos que se originaram no mestrado. O tema é a composição por sexo nas carreiras universitárias e seu impacto na estrutura das relações de poder na configuração das profissões. A pesquisa seguiu na linha da Sociologia das Profissões, considerando que o objeto de análise estava centrado em grupos profissionais, uma importante referência de identidade social, afirmando-se como área de concentração de estudos. A teoria de gênero ainda era pouco conhecida na ocasião, começando a ter impacto no final dos anos 1980. Entretanto, a articulação profissões e gênero era explorada, apenas, nas teorias produzidas pelo movimento feminista associado a grupos de pesquisa nas universidades com identificação com a militância política. O grupo profissional e sua expressão como um grupo de poder limitava-se às hierarquias que produzia na estrutura burocrática, na lógica educacional associada à certificação demandada pelo mercado de trabalho. Discutiam-se muito pouco os seus próprios sujeitos: brancos, masculinos e jovens. Resta saber: e a ética nesse universo?

A dissertação de mestrado *Mulheres universitárias e constituição de família* (1989) tratou de um grupo profissional criado, ao longo de sua história, para mulheres, o Serviço Social, e a tese de doutorado *Relações de gênero e o campo profissional da Medicina* (1998) abordou uma área profissional em plena mudança de perfil por sexo, a Medicina. Ambas foram defendidas no Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA/IFCS/UFRJ). A medicina, de uma tradição marcadamente masculina, tornou-se um curso universitário com participação majoritariamente feminina. O Serviço Social permaneceu uma profissão “de mulheres”. O que explicaria tal fenômeno social? Existem diferentes hipóteses para explicar o aumento de mulheres nas universidades em determinadas carreiras, os homens em outras e a continuidade da concentração por sexo em algumas. A busca pela profissionalização e melhores condições de competitividade no mercado de trabalho por meio da formação no ensino superior é o que unifica essas carreiras e aproxima o estudo da sociologia das profissões. Entretanto, homens e mulheres apresentam trajetórias diferentes nas carreiras, o que tem sido explorado no projeto, dimensionando as tendências de agrupamento e impactos na identidade profissional. Para alcançar esse objetivo é fundamental conhecer as teorias de gênero e identidade étnico-raciais, pois tais estudos têm demonstrado diferentes formas de constituição de hierarquias no ambiente de trabalho, ainda ignoradas por muitos gestores de recursos humanos nas instituições e estruturas empresariais.

A pesquisa trata da formação de grupos no ensino superior, e existe um debate que não pode ser ignorado: o das relações de poder que o conhecimento especializado tem estabelecido na afirmação da sociedade industrial, definindo critérios de “excelência”, distinção e prestígio. Esse debate é próprio das profissões e indica caminhos muito específicos quanto à compreensão dos mecanismos de poder com base em uma lógica que legitima “quem sabe” e “quem não sabe”, quem tem competência para executar o saber e quem não tem, quem é mais competente e quem é menos. O modelo científico de conhecimento estrutura essas relações no mercado, a partir da formação educacional em diferentes níveis, e os mecanismos burocráticos de controle, fiscalização e certificação desse conhecimento avançam e se afirmam. Entre eles, estão as organizações profissionais, que indicam ter mais impacto social e político, conforme o seu número de filiados. Nas estimativas quanto ao poder de influência de determinadas profissões na sociedade, tal campo de estudos tem apontado essas diferentes dimensões para compreender o impacto: a estrutura educacional e sistemas de ingresso; a classificação de ocupações, profissões e pisos salariais; as estruturas de regulamentação, controle e fiscalização das ações profissionais. Considerar os elementos que neste universo conferem prestígio, distinção e, portanto, poder entre indivíduos e grupos é fundamental para compreender os mecanismos que estabelecem hierarquias no ambiente de trabalho.

No caso do projeto desenvolvido na UERJ, estão sendo observados os “tamanhos dos centros setoriais”, por meio do Anuário Estatístico da UERJ (o DATAUERJ), disponível na sua página da internet. A realidade revela demandas da formação profissional que espelham a “importância” deste “fazer”. Entretanto, é necessário observar se o “tamanho” do centro setorial reflete salários compatíveis com essa perspectiva nas carreiras que o compõem. Caso isso não ocorra e a moeda instável do prestígio não se associe à carreira, na dimensão social do seu julgamento, é importante conhecer os mecanismos que produzem tal resultado. A produção acadêmica referente ao poder dos grupos profissionais contribui para compreender com mais clareza as implicações das desigualdades nesses processos de legitimação do saber e conhecimento técnico-científico e suas repercussões éticas, inclusive. Neste texto, o objetivo é enfatizar o debate da Sociologia das Profissões e suas possíveis ressonâncias pelo viés de gênero e étnico-racial.

1. O GRUPO PROFISSIONAL COMO UM GRUPO DE PODER. O CONHECIMENTO COMO UMA MOEDA DE TROCA NAS RELAÇÕES DE PODER

A estrutura das instituições de ensino evidencia hierarquias pouco consideradas nessa perspectiva do poder até o momento em que os estudos sociológicos descortinaram tal realidade. Os estudos de Weber apontam nessa direção no século XIX, quando inicia uma análise mais crítica das profissões consideradas um avanço da sociedade moderna, tornando a sociedade mais promissora e

ética com a ação de profissionais moralmente comprometidos com o bem coletivo, como argumentava Durkheim.

Durkheim, que consolidou a Sociologia como uma disciplina científica fora dos cânones filosóficos tradicionais, vai tratar dos grupos profissionais numa perspectiva ética e moral, e como reguladores das novas formas econômicas que surgiram na sociedade:

“Mas se toda organização corporativa não é necessariamente um anacronismo histórico, é fundamentado crer que ela seja chamada a desempenhar, nas nossas sociedades contemporâneas, o papel considerável que nós lhe atribuímos? Porque, se a julgamos indispensável, é por causa não de serviços econômicos que ela poderia prestar, mas da influência moral que poderia ter. O que vemos antes de tudo no grupo profissional é um poder moral capaz de conter egoísmos individuais, de manter no coração dos trabalhadores um sentimento mais vivo de sua solidariedade comum de impedir a lei do mais forte de se aplicar tão brutalmente às relações industriais e comerciais. Ora, ele não é próprio para tal papel. Porque nasceu na época dos interesses temporais, parece que pode servir só a fins utilitários, e as recordações deixadas pelas corporações do antigo regime fazem confirmar esta impressão. São facilmente representadas no futuro tais quais foram durante os últimos tempos de sua existência, ocupadas antes de tudo em manter ou em aumentar seus privilégios e seus monopólios, e não se vê como preocupações tão estritamente profissionais poderiam ter uma ação bem favorável sobre a moralidade do corpo ou de seus membros.” (DURKEIM, Emile – Os Pensadores. Abril Cultural, 1978, p. 8). A dicotomia entre interesses profissionais e uma conduta ético-moral já se delineia neste momento e vai perpassar todo o debate sobre as profissões até os dias atuais. O fato de os grupos profissionais se constituírem objeto de investigação desde os primeiros estudos que fundamentaram a Sociologia revela o potencial de sua análise para a compreensão da sociedade contemporânea. (DA SILVA, 1998, p. 64-65)

O campo das profissões tem uma longa discussão sobre o que, afinal, forma um grupo profissional? O que consolida a sua organização? Tem sua origem nas guildas, um tipo de organização fechada, de artesãos, na Idade Média, no período pré-capitalismo que se tornou base da produção do tipo manufatura.

[...] As corporações de artesãos, diz Waltzing, estavam longe de ter, entre os romanos, um caráter profissional tão pronunciado quanto na Idade Média: não se encontra entre eles nem regulamentação sobre os métodos nem aprendizagem imposta nem monopólio: sua finalidade não era mais do que reunir os fundos necessários para explorar uma indústria. Sem dúvida, a associação lhes dava mais forças para salvaguardar, se fosse preciso, seus interesses comuns. Mas esse era um dos contragolpes úteis que produzia a instituição; essa não era a sua razão de ser, a função principal. Antes de tudo, a corporação era um colégio religioso. DURKEIM, Emile, op. cit., p. 8 (DA SILVA, 1998, p. 67)

Na fase capitalista da produção econômica houve aproximação com as iniciativas de associações dos trabalhadores, visando proteger os seus interesses, marcadas por ações de solidariedade, o que deu origem posteriormente aos sindicatos. Conforme evoluiu o modo de produção, criando diferenças entre o trabalho manual e o intelectual, este último associado a atividades de gerência, comando e administração nas linhas de produção, surgiram os novos grupos profissionais associados aos serviços. Estes estão diretamente associados às formações técnicas consideradas mais complexas, que exigem mais conhecimento e um tipo de conhecimento mais

sofisticado que confere mais *status* e prestígio. A consolidação das universidades neste processo se torna um elemento fundamental para compreendermos o sistema de ensino como expressão de hierarquias e relações de poder.

Na Sociologia das Profissões encontramos uma dicotomia entre ocupações e profissões, e no sistema classificatório brasileiro, por muito tempo, ficou marcada a fronteira da “carteira assinada”, no que era regulamentado como profissão. Não havia uma distinção clara entre trabalho técnico e intelectual. Em alguns sistemas classificatórios, ocupação seria aquela que não tem uma formação de ensino superior e profissão seria a atividade marcada pela formação universitária. Segundo Coelho (1999), esta distinção não é tão rígida em diversos sistemas classificatórios na estrutura do emprego, sendo difícil se orientar rigidamente por tal referência. De modo que ele esclarece que “opta” pela distinção de profissão como atividade constituída em formação de ensino superior para construir o seu objeto: uma discussão sobre poder e prestígio entre grupos profissionais tradicionais. É a direção que seguimos no projeto de pesquisa. O nível mais elevado de conhecimento no sistema de ensino é o universitário, e, portanto, ele confere mais poder e prestígio, favorecendo as análises sobre os processos de construção de hierarquias e competitividade no mercado de trabalho.

Na busca por uma explicação para o que unifica um grupo profissional há características comuns, mas existem diferenças entre os autores no destaque que fazem a algumas delas. Percebe-se uma forte tendência em agrupar por conhecimento técnico; o que confere identidade e unificação ao grupo é o tipo de conhecimento de que usufruem, em que se formam – a padronização do conhecimento. Seria uma perspectiva técnica, isenta, “pura”. O que os diferencia é o tipo de conhecimento que detêm. Seu prestígio, reconhecimento social seria marcado pela *expertise*.

Os autores que analisam esse processo sem o viés do poder tendem a valorizar a “isenção” da técnica, como Parsons, por exemplo.

PARSONS já vai dar destaque à técnica, portanto ao conhecimento, como elemento fundamental da aglutinação do corpo profissional. O que define a profissão é o conhecimento comum exigido para exercer a atividade. Para ele, “(...) as profissões são sistemas de solidariedade, cuja identidade se baseia na competência técnica de seus membros, adquirida nas instituições educacionais e científicas” (PARSONS, apud PAIXÃO, 1988, p. 4). PARSONS dedica-se a formular alguns princípios que definem os grupos profissionais, avançando no que poderia se chamar de uma teorização sobre as profissões, buscando características comuns que permitissem uma tipificação. (DA SILVA, 1998, p. 67)

Weber, quando desenvolve o conceito de “usurpação”, questiona essa isenção da técnica, do conhecimento, considerando a tendência da apropriação de saberes já constituídos, utilizados na vida prática e que passam pelo crivo do “olhar científico”, o qual se afirma conforme a sociedade moderna, de modelo industrial. Ele destaca a tendência em desqualificar o que não se enquadra nas exigências

dos procedimentos científicos e a incorporar conhecimentos acumulados anteriormente, conferindo uma nova linguagem, abordagem de tipo mais “erudita”, de acordo com termos científicos, por ter a observação de modo adequado à ciência. Weber o faz com a perspectiva das relações de poder que se estabelecem entre os grupos formados na sociedade moderna, na qual associação e competição são processos fundamentais na dinâmica social e política. Os grupos profissionais são movidos por elas, e sua base de sustentação consiste nos níveis de conhecimento que reivindicam para si e entre si.

Larson, uma autora do campo das profissões, cujos argumentos recuperam essa produção de Weber sobre a burocracia e o poder na sociedade moderna, assinala tal distinção no debate na área temática: a técnica “pura”, descritivamente observada como o motivo de aglutinação de grupos marcados pela isenção do conhecimento comprometido com o bem coletivo e o conhecimento como instrumento de poder de grupos que se aglutinam em torno de interesses comuns, utilizando o saber científico como forma de subordinação de outros grupos.

Ao sustentar a ideia de usurpação praticada entre os grupos sociais, como forma de assegurar a diferença com base no prestígio e honra, determinadas também pelo poder econômico, WEBER viabiliza uma nova compreensão dos grupos profissionais. WEBER wrote: *The development of status is essentially of stratification resting on usurpation. Such usurpation is the normal origin or almost all status honor. But the road from tis purely conventional situation to legal privilege, positive or negative, is easily traveled as soon as a certain stratification of the social order as in fact been “lived in” and has achieved stability by virtue of a stable distribution of economic power. (...) But in a modern context, it refers exclusively to the conventional styles of life which identify status groups and express their negative or positive social honor. Usurpation refers, here, to the deliberate restriction of interaction with outsiders by which high-status groups set themselves apart from others (LARSON, 1977). (DA SILVA, 1998, p. 68-70)*

A discussão na perspectiva dos mecanismos de poder também é uma marca de Foucault que tem a medicina como objeto de análise, destacando esta área de saberes técnico-científicos como forma de controle social sobre os corpos e da sociedade em geral, assim como as instituições jurídicas. Freidson, outro autor muito referenciado na linha de pesquisa da Sociologia das Profissões, faz algumas críticas a Foucault, considerando que busca entender como funcionam, se estabelecem estes mecanismos de poder no interior dos grupos profissionais. Para o autor, o debate sobre o poder é importante, foi uma alternativa metodológica fundamental para questionar a “neutralidade” da técnica, mas não basta para compreender como esses grupos conseguem estabelecer sua unidade e exercer o poder no espaço do conhecimento. Analisar esses mecanismos, como se constroem na dinâmica estrutural das instituições, segundo Freidson, faltou na análise de Foucault e em outras abordagens na área de estudos das profissões. O autor critica o enfoque “muito amplo” do poder, de forma bastante abstrata, ideológica, sem que tais mecanismos sejam desvendados.

Uma das preocupações de Freidson é identificar o agente deste poder, aquele que o exerce através do conhecimento formal; que características ele assume para daí compreender através de que processo o conhecimento se torna uma fonte de poder tão fundamental na sociedade contemporânea e dimensionar a hierarquia de saberes que marca os grupos profissionais historicamente. “Thus we cannot understand the role of formal knowledge in our world without understanding the character of those who create it and apply it. This, then raises another question, namely, what are the characteristics of those who are the carriers or agents of knowledge? Who are they? And what are the characteristics of the institutions that make their activities as agents of knowledge viable? In identifying the agents of knowledge, the literature is somewhat confusing, for it has employed a number of different terms to characterize them. Sometimes the word expert is used for them and sometimes the word technocrat and sometimes professional, sometimes intellectual, and sometimes *intelligentsia*”. (FREIDSON, 1986, p. 9-10)

A partir do momento em que o “nível” de conhecimento é uma moeda forte no mercado profissional, o espaço universitário torna-se um espaço de grande poder. Mas mostra também que é uma moeda instável, dependendo de forças organizadas de defesa do interesse corporativo, assim como de novas tecnologias e novos projetos político-econômicos que surgem no mercado. Os processos de “valorização” de determinados saberes têm como base o conhecimento técnico, fato que leva à supremacia do discurso com base na *expertise*, criando, assim, novos campos de luta entre o não profissional que atua e o profissional que reivindica a sua maior habilidade para agir sobre determinado objeto. Esse tem sido o principal dilema da configuração das profissões. (DA SILVA, 1998, p. 75-76)

2. A PADRONIZAÇÃO DO CONHECIMENTO E A ÉTICA PROFISSIONAL ATRAVESSADA POR HIERARQUIAS DE GÊNERO E ETNIA

Freidson explora como na burocracia e na estrutura institucional esse poder vai se construindo, quem é o “agente” do poder? Nesse sentido, a interação entre as formas burocráticas de estabelecer as grades curriculares, a valorização de determinadas áreas de conhecimento científico como mais relevantes do que outras no sistema de ensino (estrutura formal das áreas de conhecimento e modelos classificatórios de cursos universitários, por exemplo) e as formas de representação políticas dos grupos profissionais ou técnico-científicas (associações, sindicatos, comitês técnico-científicos) são fundamentais para compreender como esses mecanismos que produzem a “distinção” funcionam. O argumento de Freidson, em uma perspectiva sociológica, quer dizer: é preciso fazer uma “imersão” no campo para desvendar os mecanismos que revelam as hierarquias, a supremacia de determinados grupos e os isolamentos de outros, no espaço universitário, por exemplo.

O estudo que desenvolvo tem apontado para outros mecanismos os quais precisam ser descortinados e conhecidos neste “jogo do poder” no campo das profissões: as relações de gênero e étnico-raciais. Tal aspecto do problema traz um debate sobre quem é o sujeito ao qual estamos nos referindo ao definir uma amostra para analisar dados. Diante da indagação de Freidson: quem é o agente do poder, podemos fazer algumas afirmações: há cursos universitários que concentram

mulheres e cursos universitários que concentram homens. Isso é um problema, exatamente, por quê? Reproduzo aqui a indagação de uma avaliadora na apresentação de alunas na semana de iniciação científica, na universidade, há muito anos. Não em “si mesmo”, mas quando o fato não indica tendência de mudança, é, ao menos, uma “curiosidade sociológica”. A pergunta é por que o Direito e a Medicina mudam o seu perfil por sexo, mas o Serviço Social, a Nutrição, a Enfermagem, a Engenharia, a Física, a Filosofia não? Em um contexto cultural e político no qual a rede de ensino burocraticamente consolidou um modelo misto, de inserção de meninos e meninas na mesma escola, na mesma sala de aula, por que essas permanências?

No período analisado (2008-2020), conforme o Anuário Estatístico da UERJ, o DATAUERJ, disponibilizado na página da Universidade, na internet, a concentração por sexo ainda é persistente em algumas áreas profissionais. O levantamento de dados é revelador quanto à existência de uma “lógica de gênero” no ambiente universitário que surge tão logo sejam observadas as informações por centros setoriais na sua estrutura. O Anuário Estatístico analisa os dados do ano anterior e nos mais recentes agrega informações dos últimos cinco anos na UERJ. O Centro Biomédico (CBI) revela uma predominância de mulheres, não ocorrendo a superação de matrículas de alunos do sexo masculino em nenhum dos cursos. A Enfermagem, a Nutrição e a Odontologia apresentam concentração elevada de matrículas de discentes do sexo feminino. O Centro de Ciências Sociais (CCS) tem uma predominância de homens, mas não apresenta uma concentração extrema por sexo. Neste centro, o curso de Serviço Social revela essa característica e, no período, não se observa uma tendência de mudança desse perfil, a maioria de mulheres é impressionante. O Centro de Educação e Humanidades (CEH) é extremamente “feminino”. A concentração por sexo é muito alta. Os homens só predominam no curso de educação física e de matemática em alguns desses anos, mas sempre com uma inserção mais equilibrada quanto à inserção de discentes do sexo feminino. A Pedagogia, Letras e Psicologia apresentam um número elevado de mulheres. O Centro de Tecnologia e Ciências (CTC) tem significativa concentração por sexo, com forte predominância de homens em seu conjunto. O Centro de Ciências Sociais (CCS) apresenta dois cursos que têm maioria de matrículas de discentes do sexo masculino: o das Ciências Econômicas e o da Filosofia. O Centro de Tecnologia e Ciências (CTC), sem dúvida, revela a sua aproximação com o universo masculino na cultura construída com base nas relações de gênero. A Engenharia, a Engenharia Mecânica, a Informática, a Física e a Engenharia de Computação têm uma maioria impactante de homens em seus quadros, e não se altera essa disparidade ao longo do período. Há uma variação no curso de Ciências Econômicas do CCS, observando-se um aumento do número de matrículas de alunas ao longo de 2008-2020. A pergunta que se mantém é: por que não mudam esses cursos quanto a esta tendência? Por que essas mulheres escolhem Serviço Social e esses homens escolhem Ciências da Computação? Por que não se dirigem para estas outras áreas, inversamente? Pode ser uma questão de tempo, como aconteceu com a Medicina e o Direito? O que surpreende quanto ao Serviço Social, por exemplo, é que o curso parece inalterável quanto a sua marca histórica: começa como um curso para mulheres na década de 1940 e continua como um curso para mulheres, ao menos no simbolismo criado em torno das imagens associadas ao fazer profissional. Ontem, a missão católica que permitia que o Estatuto da Família não aprovado no governo Vargas tivesse uma sobrevida e, hoje, os serviços de cuidado que, associados ao feminino, mantêm as mulheres vinculadas ao grupo profissional sem perspectivas de mudança, a médio ou longo prazo. (DA SILVA, 2021, p. 6-8)

Uma das explicações para essas concentrações por sexo em algumas carreiras tem sido, principalmente nos estudos do gênero, a associação dos tipos de atividades demandadas para

aquela ação profissional ao universo feminino ou masculino, isto é, a “natureza” da atividade laboral estimula identificações de gênero. As mulheres tendem a escolher profissões de cuidado ao outro, disponibilidade para cuidar do outro, humanitárias, serviços domésticos etc. Os homens tenderiam para aqueles que implicam raciocínio lógico, facilidade em cálculos matemáticos, esforço físico, objetividade etc. As características apresentadas nos Centros Setoriais da UERJ indicam que as mulheres se inseriram com muita força no espaço universitário, uma tendência observada em vários estudos internacionais. Nos cursos em que o perfil por sexo indica mudanças como a Medicina e o Direito, o que deve ser observado com mais cuidado é a distribuição por sexo no interior deles: a distribuição por sexo em áreas específicas, as especialidades, por exemplo, definindo claramente “territórios” de homens e de mulheres.

Conforme avançamos na análise dos quadros disponibilizados no site da UERJ, é possível afirmar que existe uma “lógica de gênero” na configuração de carreiras profissionais, marcadas por uma trajetória na qual desqualificações, hierarquias, isolamentos de grupos e pessoas podem ocorrer porque a cultura ainda é fortemente patriarcal, discriminatória e possivelmente misógina em alguns ambientes.

No caso das características étnico-raciais de alunos e alunas, registradas pelo Anuário Estatístico da UERJ, uma análise mais minuciosa precisa ser feita, considerando o sistema classificatório utilizado pelo setor que realiza estes levantamentos na universidade. Ele mudou ao longo do tempo, e critérios estatísticos de agrupamento e cruzamento de dados precisam ser esclarecidos junto à equipe responsável, o que ainda não conseguimos fazer, tendo em vista o ritmo imposto pela Pandemia de Covid-19 em nossa realidade. Entretanto, quanto a este tema, a análise não pode ignorar a estrutura da reserva de vagas para negros e indígenas implantada na maioria das universidades públicas no Brasil, hoje. Esta estrutura define uma série de políticas no interior de Instituições de Ensino Superior (IES), como a de distribuição de bolsas, livros e apoio acadêmico, que inclui monitoramentos da utilização da política de ação afirmativa para acesso ao ensino superior, crescendo no momento, estruturas de controle de fraudes nas candidaturas para a reserva de vagas de cunho étnico-racial. Nessa questão não é possível afirmar uma “lógica étnico-racial” para escolha de carreiras. Ocorreu um debate no início da implantação do sistema de reserva de vagas na universidade quanto a uma tendência de os negros se fixarem em cursos de menor prestígio e menos competitividade no mercado de trabalho, argumento também utilizado para as mulheres. Não se falava em indígenas porque não concorriam no sistema de reserva de vagas, uma vez que não buscavam um curso superior,

sendo baixa ainda a inserção de indígenas na universidade e no sistema de reserva de vagas, comparada com a dos negros.

Entretanto, o que interessa nesta reflexão, neste texto, é o fato de que estamos lidando com outras modalidades de hierarquias e, portanto, de exercício do poder no espaço universitário e no mercado de trabalho, temas não analisados pelos autores conhecidos na sociologia das profissões. Estes autores contribuíram para a desmistificação de uma visão quase “onisciente” da técnica, da ciência e para a compreensão deste “lugar” como expressão de poder e exclusão do outro. As relações de gênero e étnico-raciais revelam processos excludentes de grupos e pessoas por causa de suas características físicas, que trazem marcadas toda a violência que projetos de supremacia entre seres humanos têm evidenciado ao longo da história. Mas não apenas isto, a inserção desses novos sujeitos nos espaços do saber, da *expertise*, do conhecimento científico tem demonstrado também que é necessário fazer uma reflexão mais profunda sobre este tipo de certificação do conhecimento, pois, nos cursos universitários marcadamente femininos, a explicação para tal preferência é uma aproximação com o universo feminino. Isto é, não ocorre uma diferença muito clara entre o que é aptidão para afazeres domésticos e cuidados com familiares e aptidão para saberes técnico-científicos. No início do curso de Serviço Social, eram previstas disciplinas como arte culinária e economia doméstica... Nessa tendência, revelaram-se várias manifestações de desprezo e desqualificação dos cursos no *ranking* das carreiras conhecidas como “top de linha” das áreas científicas: não poderia ser considerada uma profissão, um fazer científico. Eram escolas “espera marido”. O processo de afirmação do reconhecimento profissional de tais cursos tem que ser muito mais intenso, e os mecanismos utilizados poderão ser os mesmos (associações de representação da categoria profissional, comitês técnico-científicos, sindicatos), mas enfrentarão pressões diferentes para a sua afirmação no ambiente científico, apenas, pelo fato de serem mulheres.

E os negros e os indígenas? Como a ciência os tratou por tanto tempo? A eugenia ainda tem braços que se alongam num sistema de explicações de diferenças cognitivas entre grupos populacionais, a depender da região do mundo em que nos localizamos. Mas, remetendo à nossa, é evidente que, com as características étnico-raciais que a nossa região – América Latina – tem, o fato de as matrículas apresentarem poucos negros e indígenas ao longo do tempo revela um afastamento ou exclusão, enfim, barreiras para o acesso ao ensino superior. Essa forma de funcionar revela hierarquias na sociedade que vão aparecer, em alguma medida, na universidade e no mercado de trabalho. Como aparecem? Nos casos crescentes de denúncia de assédio moral, assédio sexual, racismo e um clima, por vezes, quase “bélico em sala de aula”... onde o professor tem que ser o

mediador de conflitos. E, quando aparece no ambiente de trabalho, quem vai mediar? O gerente que desconhece este problema porque a grade curricular não reconheceu as teorias de gênero e as de identidades étnico-raciais como importantes e que explicam prováveis conflitos nas relações entre grupos no ambiente de trabalho ou fora deles, com fornecedores, por exemplo? Só tomará conhecimento quando receber a intimação para comparecer ao tribunal?

Esses problemas trazem para a pauta a discussão da ética. No debate sobre o gênero, a questão do assédio moral e sexual é muito grave. O assédio sexual foi tipificado como crime no Brasil, mas é ainda praticamente ignorado quanto as suas implicações. O feminismo torna-se o interlocutor principal para que a legislação avance. Entretanto, considerando essas reflexões a partir dos grupos profissionais, as ações para coibir tais práticas no ambiente de trabalho já poderiam estar mais incorporadas entre as direções, lideranças e gestão das instituições que representam interesses profissionais. O problema do racismo tem sido mais denunciado, mas as subnotificações quanto às ações discriminatórias, certamente, ainda estão muito longe se serem superadas, em particular no ambiente de trabalho, em que as pessoas seguem suportando piadas agressivas, constrangedoras, porque “precisam fazer parte do grupo profissional”.

A discussão da ética profissional apresenta diferentes nuances e faz parte dos mecanismos de regulamentação e fiscalização do exercício profissional, mostrando como se constroem os mecanismos de controle e distinção do grupo profissional. As denúncias que têm mais visibilidade nos conselhos de representação profissional são aquelas relativas à competência, perícia e habilidade para executar atividades específicas da carreira: o erro médico, por exemplo. As denúncias relacionadas com assédio moral, assédio sexual, racismo, ações discriminatórias contra pessoas e grupos são situações novas para associações, sindicatos e conselhos de representação profissional, mas têm sido registradas. Com certeza, ainda subnotificadas, considerando os estudos de gênero e racismo no Brasil. O assédio sexual, no caso da lei criada para tipificar o crime, incluiu conduta que se origina em uma relação hierárquica no ambiente de trabalho em que a vítima está em uma situação de coação, diante de dependência de um emprego. Reconhece a condição de poder do chefe sobre o empregado ou empregada subordinado ou subordinada a ele, de modo a ter favores sexuais. A criação da lei é um reconhecimento de que essas hierarquias existem e o exercício do poder no mercado de trabalho tem expressões para muito além da *expertise*. De certa forma, o fato significa que “não basta a sua *expertise*”, o quanto você se dedicou aos estudos, às pesquisas, aos cursos que, para muitas pessoas tiveram um custo econômico e pessoal enorme. A porta pode se fechar e você terá que enfrentar um predador sexual que ainda está no século XIII ou XVI, ou ouvir piadas misóginas ou

racistas em uma reunião de trabalho e, ainda, ter que considerar que a agressão é, apenas, uma “brincadeira” porque quem a contou é o chefe, o diretor, o CEO da empresa e ninguém levou um gravador... ou tem coragem de acionar o do celular.

Essas são situações que precisam ser incluídas no debate sobre as profissões, desde que o perfil dos profissionais tem mudado. A inserção das mulheres no mercado de trabalho, a ascensão e a mobilidade social que permitiu aos grupos, antes excluídos do ensino superior, poderem ocupar posições mais valorizadas na estrutura do emprego, impactou nas relações de poder, antes configuradas. As formas violentas de expressão desse poder no mercado de trabalho indicam resistências às mudanças de comportamento, de valores, de percepção do mundo e do outro, que não se considera um igual em oportunidades e condição humana. Tal fato evidencia a fragilidade do modelo republicano de organização da sociedade em uma perspectiva política e as ambiguidades de um Estado de Direito.

3. QUESTÕES DA ATUALIDADE: O QUE A PANDEMIA COVID-19 DESCORTINOU

No item anterior, exploramos o que é novo no campo de estudo escolhido. Neste, vamos voltar a um tema bastante antigo no debate das profissões, mas que a Pandemia Covid-19 colocou na ordem do dia, de modo inusitado, no Brasil. As profissões como objeto sociológico têm um elemento extremamente debatido: o problema da autonomia profissional. Esta é uma marca “clássica” das profissões em sua perspectiva liberal. Nos primórdios da ascensão e afirmação destes grupos no século XIX que avançaram conforme a sociedade industrial se estabeleceu no ocidente, médicos, engenheiros e advogados se tornaram referências importantes porque se baseavam na ciência e no conhecimento especializado. A autonomia profissional se tornou um dos pontos que os distinguia. O médico, o advogado, o engenheiro sabiam mais sobre o assunto e deveriam ser respeitados porque estudaram, conheciam a fundo o problema, e o que os chancelava era esse conhecimento e toda a estrutura que viabilizou tal conhecimento: escolas, países onde estudaram, mestres “iluminados” que tiveram, em quantas línguas estudaram o assunto etc. – um *expert*. Ele usufruía de credibilidade na medida em que suas intervenções profissionais eram bem-sucedidas.

Para fazê-lo, precisava ter autonomia; este conhecimento especializado e as pesquisas que, porventura, continuassem a fazer eram resultados deste estado de liberdade de pensamento, de estudos; sem ter um “patrão” ou um salário, recebia honorários diretamente de seus clientes, sem estar submetido a uma estrutura burocrática que limitaria a sua ação. Seu julgamento quanto a melhor opção de tratamento, de atendimento de um cliente estava baseado no conhecimento sobre o assunto.

Poderia dialogar com um colega sobre uma intervenção ou melhor opção a seguir, mas a direção era dele. Conforme se desenvolveu a sociedade industrial e toda a sua complexidade de saberes, a autonomia profissional sofreu o impacto de novas estruturas que surgiram.

O assalariamento segue seu curso, ampliando-se no modelo capitalista de produção, e estes profissionais tendem cada vez mais a serem absorvidos por estruturas burocráticas de emprego, afastando-se das práticas mais autônomas de seu exercício profissional. A tendência de ser empregado de uma empresa, uma instituição, cresce cada vez mais para o médico, para o advogado e para o engenheiro, por exemplo. A autonomia profissional vai ficando para trás. São raros os profissionais dessas áreas que conseguem se afirmar no mercado apenas com os seus consultórios e escritórios próprios. As mulheres tendem a não fazer tal opção em suas trajetórias profissionais se têm como objetivo constituir família. Muitas mulheres expressavam o interesse em um horário das 8h às 17hs, pois facilitaria a conciliação do trabalho com as responsabilidades domésticas. Abrir um escritório ou um consultório seria um impedimento nesse sentido.

A autonomia profissional está marcada principalmente pela liberdade deste profissional em proferir uma sentença, dar um parecer, apresentar um diagnóstico, sem pressão de qualquer natureza, apenas baseado na certeza do seu conhecimento técnico. Este procedimento revela muito poder, oriundo da credibilidade que acompanha o profissional no sistema profissional baseado na ciência e sua clareza em demonstrar resultados quanto a problemas relacionados com a saúde humana, problemas jurídicos, de mediação de conflitos entre interesses de pessoas e grupos na sociedade e construção de habitações, considerando aqui as carreiras clássicas que tiveram a forte marca da autonomia de seus agentes.

Entretanto, esse elemento tende a fragilizar-se conforme a sociedade de consumo avança. A autonomia profissional deu lugar a consultórios coletivos, convênios e o surgimento de operadoras de saúde que dominam o mercado do oferecimento de serviços de saúde junto com as instituições do Estado que empregam médicos, advogados, engenheiros em suas estruturas burocráticas. O exercício dessa autonomia fica cada vez mais limitado. No caso dos advogados e engenheiros cresce o número de grandes escritórios e empresas de engenharia que tendem a absorver as novas gerações recém-formadas.

Continuamos a falar, então, em autonomia profissional como uma forte marca que caracteriza as profissões? Os estudos e as reflexões no campo da Sociologia das Profissões tendem a relativizar, atualmente, este elemento como constitutivo dos grupos profissionais, naquela imagem clássica de um profissional atuando individualmente. Tem sido debatida quanto à necessária garantia

da autonomia do conhecimento e julgamento técnico do profissional em tomar uma decisão, fazer uma intervenção profissional em determinada situação, sem que seja pressionado por interesses particulares ou políticos.

A que assistimos quando se consolida, no Brasil, a Pandemia de Covid-19? O problema da oposição vacina x cloroquina.

O noticiário, os pronunciamentos da Organização Mundial de Saúde (OMS), seus relatórios, as publicações de entidades reconhecidas pela sua excelência no campo da saúde no Brasil, pesquisadores renomados (várias mulheres), com credibilidade científica e reconhecidos internacionalmente, afirmavam que a vacinação em massa da população era, com certeza, o mais indicado e que a cloroquina era um medicamento sem qualquer confirmação científica quanto à sua eficácia no enfrentamento ao vírus SARS-Cov2, que provocou a Pandemia de Covid-19. O Governo Federal assumiu a posição de divulgar a cloroquina como a forma mais eficaz de enfrentar a pandemia no Brasil, em uma ação completamente independente do Poder Executivo, na pessoa do presidente da República, revelando conduta política jamais vista no país, atípica do ponto de vista institucional, o que contraria todas as normas jurídicas quanto aos procedimentos relacionados à isenção e necessidade de controle dos interesses privados na gestão pública do Estado Nacional.

Parecia uma vertigem, mas não era. Estava acontecendo. Os desdobramentos desta não vertigem foi a CPI que se instaurou no Congresso Nacional, cujo relatório, sem dúvida, ficará para a história da humanidade: como isso aconteceu no Brasil? O país de Oswaldo Cruz, da Fiocruz, da Escola Nacional de Saúde Pública? O que houve, onde ficaram os nossos soldados, os nossos comandantes, os nossos agentes, os nossos profissionais da vigilância sanitária que sempre revelaram um futuro promissor do país: a saúde pública? Não avançamos mais por problemas de estrutura econômica e política. Não adianta ter um parque industrial de produção de medicamentos de primeira linha com apoio e investimento do orçamento público, se não temos água e esgoto para a população que se concentra e aglomera nas cidades.

Mas o que gostaríamos de refletir aqui para além das questões de gênero e das etnias apresentadas, na estrutura dos grupos profissionais em relação a esta tragédia da Pandemia de Covid-19, é que mecanismos de controle existentes falharam. Primeiro quanto à ação do Executivo, que deveria ter sido impedido de fazer a propaganda do medicamento. Entretanto, o que pretendemos destacar é como a estrutura de controle e fiscalização dos grupos profissionais falhou; como os conselhos de representação da medicina se posicionaram da forma amplamente divulgada pela mídia, sustentando a autonomia profissional para que a decisão quanto à prescrição da cloroquina para o

tratamento da Covid-19 fosse tomada pelo médico. No caso, não era a autonomia médica que estava em discussão, mas a segurança do medicamento para a Covid-19. E todas as evidências científicas apontavam para a sua ineficácia. Como o médico poderia prescrevê-la, nesse caso? O que aconteceu para permitir que um medicamento já utilizado em outros tratamentos, cuja eficácia deve ter sido confirmada cientificamente, pois já estava circulando no mercado há muito tempo, entrou na pauta política para a Covid-19 e provocou o desastre já conhecido por todos?

Este é um problema técnico antes de político, embora as controvérsias que se estabeleceram nessa triste passagem da realidade brasileira revelem os jogos do poder no campo do conhecimento e da ciência e algumas sustentem que, antes, foi político. Mas fica a pergunta: por que um medicamento amplamente questionado por representantes da área médica, da pesquisa, com credibilidade e reconhecimento internacional, foi empurrado goela abaixo de pacientes, sem que os Conselhos de fiscalização tivessem claramente se posicionado desde o início contra a prescrição? Esta é, sem dúvida, uma pergunta de natureza ética. Principalmente porque a autonomia profissional no caso do primeiro sentido explorado nesse texto, – o profissional que age independente, de forma mais livre de pressões, em seu consultório – é cada vez mais reduzida para dar lugar às operadoras de saúde, que têm enorme poder de influência e pressão sobre profissionais com os seus sistemas de convênio e parcerias cada vez mais fortalecidas com a indústria de medicamentos.

E, no segundo sentido, o da *expertise* como argumento para sustentar a prescrição da cloroquina, não se aplica. É o conflito permanente entre as operadoras e os seus profissionais certificados, quando o médico indica um procedimento e a operadora de saúde não autoriza o segurado a fazê-lo. Nesse caso, faz sentido sustentar o argumento da autonomia médica que a operadora está limitando. Entretanto, não é o caso da prescrição da cloroquina para o tratamento de Covid-19. Não pode ser sustentada a autonomia médica para a prescrição de um medicamento, amplamente divulgado, provado cientificamente e formalizado pelas entidades internacionais e nacionais da área de conhecimento científico como ineficaz, mas, em especial, inseguro, visto que ainda estavam em exame estudos e pesquisas para entender o comportamento do vírus com as vacinas. Não se conhecia o vírus, a cepa que estava causando um índice tão alto de mortalidade na população. Como prescrever um medicamento que pode complicar o quadro, justo por que não se conhece suficientemente o vírus? Temos uma confusão aqui quanto ao uso do argumento ou esta característica que marca os grupos profissionais, segundo a Sociologia das Profissões: a da autonomia profissional do médico. Nenhuma das duas tendências sobre este conceito nos processos de controle e fiscalização

da conduta médica, no debate dos grupos profissionais, pode ser sustentada no caso da prescrição da cloroquina para infectados pelo vírus SARS-Cov2 e suas variantes.

Outra pergunta que fica: por que os pacientes tomaram a cloroquina, apesar de toda a divulgação sobre a insegurança do medicamento? Este é um longo debate a respeito da relação médico-paciente que não será possível explorar neste texto. Inclusive, quanto às relações de gênero e étnico-raciais, as questões seriam inúmeras para analisar. Por exemplo, no que se refere ao assédio sexual a pacientes mulheres e intervenções agressivas com pacientes homossexuais, descaso em tratamentos por motivo de racismo e hierarquias sociais etc. No jogo do poder está sendo ignorado o poder de convencimento que o profissional tem sobre o paciente, o que se baseia na “mística” do conhecimento. O paciente confia plenamente na *expertise* do profissional, foi habilitado para isso, tem preparo. O paciente segue com ele ou ela. Este fato também precisa ser mais debatido ou as formas jurídicas de enfrentamento do erro profissional se consolidarem mais rapidamente e de forma mais eficaz.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Sociologia das Profissões é um importante campo de discussão nas ciências sociais, mas tem pouca visibilidade ainda no debate. Sempre há lugar nos congressos e encontros da área, mas a impressão que fica é de que não penetra a célula do poder universitário, por exemplo. As publicações, em diferentes perspectivas, apresentam contribuições muito relevantes para compreender esses mecanismos do poder, não apenas nas instituições de ensino, mas nos organismos de controle e fiscalização das profissões. A mudança do perfil por sexo/gênero e cor/raça, principalmente quanto a este último, em função das políticas de ação afirmativa, provoca impactos nessas organizações de suma importância. Os acontecimentos recentes no Brasil referentes à Pandemia de Covid-19 comprovam que o viés do poder é fundamental para entender estes processos de configuração dos grupos profissionais e o impacto que têm na organização social. Nesse caso, foi colocada em pauta a questão do prestígio profissional e os resultados que podem ter a confiança “cega” na *expertise* e a atitude omissa em relação ao uso desviante quanto à ética desse poder.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COELHO, Edmundo Campos. **As profissões imperiais: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro, 1822-1930**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

DA SILVA, Dayse de Paula Marques. **Relações de gênero e o campo profissional da medicina**. Tese de Doutorado. Orientação de Bila Sorj. Pós-graduação em Sociologia e Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1998.

DA SILVA, Dayse de Paula Marques. **Profissões e mercado de trabalho: o impacto da identidade de gênero e étnico-racial**. Texto apresentado no 20º Congresso Brasileiro de Sociologia – Sociedade, Estado e Natureza. Belém, PA, 2021.

ELLIOT, Philip. **Sociologia de las Profesiones. Coleccion de Ciencias Sociales**. Serie de Sociologia, Madrid. Semila e Surco, 1975.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

FREIDSON, Eliot. **Professional Powers: A study of the institutionalization of formal knowledge**. University of Chicago Press, Chicago, 1986.

LARSON, Magali Sarfati. **The rise of professionalism: a sociological analysis**. University of California Press, 1977.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação e Realidade -v. 16, 1990.

AUTORA

Dayse de Paula Marques

Professora Associada da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Pós-doutoramento no Programa de Pós-graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense (UFF) concluído em 2019. Coordenadora do Programa de Estudos de Gênero, Geração e Etnia: demandas sociais e políticas públicas – PEGGE/SR3/FSS/UERJ. Coordenadora do Projeto de Pesquisa Mercado de trabalho e políticas públicas de gênero e etnia: buscando um diálogo no campo dos direitos humanos . Coordenadora do Projeto de Extensão: Educação e direitos humanos em gênero e etnia PEGGE/SR3/FSS/UERJ Coordenadora do Projeto de Extensão: Acervo Audiovisual do PEGGE/SR3/FSS/UERJ.

E-mail: daysedepaulamarquesdasilva@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0270-3060>